



AGSUS

Nasce sob mobilização e fortalecimento sindical

Página 3

EBSERH

Proposta do ACT 2026/2027 é apresentada

Página 4

CAMPANHA SALARIAL

Maioria dos federais aprova reivindicações

Página 2



NO INTERIOR

Sindsep-MT se reúne com trabalhadores da AgSUS e servidores do MS

Sindicato já soma mais de 100 novas filiações entre trabalhadores da recém-criada agência federal. Saiba mais sobre a AgSUS na página 3

OSindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) realizou, no período de 11 a 16 de janeiro de 2026, uma série de reuniões com trabalhadores da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde (AgSUS) e servidores do Ministério da Saúde, no município de Colíder. Os encontros envolveram profissionais vinculados ao Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Kayapó e tiveram como objetivo apresentar o papel institucional do sindicato, além de incentivar a filiação sindical dos trabalhadores da nova agência federal.

Durante as reuniões, o Sindsep-MT destacou a importância da representatividade sindical, especialmente no momento em que a categoria se organiza para a construção do primeiro Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da AgSUS. Segundo a entidade, é por meio desse instrumento que direitos, garantias e vantagens dos trabalhadores poderão ser formalmente assegurados e negociados.

Também foram apresentadas as vantagens da filiação ao Sindsep-MT, ressaltando que a defesa dos direitos dos trabalhadores ocorre de forma legal e institucional por meio da representação sindical, tanto nas negociações com o governo federal quanto na Justiça do Trabalho, em casos de dissídio coletivo.

As atividades ocorreram na sede do DSEI Kayapó e contaram com a presença do coordenador-geral do Distrito Sanitário e do presidente do Condsef local, que manifestaram total apoio à iniciativa promovida pelo sindicato. Ambos destacaram a relevância do fortalecimento da AgSUS e da valorização de seus trabalhadores para a consolidação das políticas públicas de saúde, especialmente nos territórios indígenas.

REFORMA ADMINISTRATIVA - Dando continuidade à agenda sindical, o Sindsep-MT também realizou reunião com servidores ativos e aposentados do Ministério da Saúde e da Funasa, dos municípios de Colíder, Terra Nova do Norte, Pe-

xoto de Azevedo, Guarantã do Norte e Sinop. No encontro, foram apresentados informes sobre as atividades e os encaminhamentos da Mesa Nacional de Negociação Permanente do Ministério da Saúde, além dos trabalhos desenvolvidos pelos Grupos de Trabalho (GTs) dos intoxicados, da Portaria nº 243, da Gacen/Gecen, Geace e do pedido de instalação do GT da AgSUS, que dará início às discussões de temas específicos de interesse da categoria.

Foi realizada ainda uma análise de conjuntura, abordando pautas relevantes para os servidores, como o reajuste salarial previsto para abril de 2026, a proposta de isenção do Imposto de Renda para rendimentos de até R\$ 5.000,00 e o desconto progressivo para quem recebe entre R\$ 5.001,00 e R\$ 7.350,00. Na ocasião, também foram esclarecidas dúvidas relacionadas à aposentadoria especial.

Outro tema amplamente debatido foi a chamada Reforma Administrativa, atualmente em discussão na Câmara dos Deputados. O sindicato alertou para os

impactos negativos da proposta tanto para servidores ativos quanto aposentados, destacando a retirada de direitos historicamente conquistados, como a estabilidade do servidor público, considerada essencial para a proteção e o fortalecimento do serviço público.

O Sindsep-MT também informou sobre o Projeto de Lei encaminhado pelo governo federal, que contemplou apenas algumas categorias do PGPE e do PST, deixando de fora os servidores de nível médio. Foi ressaltado que a Condsef/Fenadsef, em conjunto com seus sindicatos de base, apresentará emendas ao projeto para corrigir as distorções e incluir os demais servidores, enfatizando que se trata de uma luta que dependerá diretamente do debate e da aprovação no Congresso Nacional.

Por fim, a direção sindical comunicou sobre as eleições para a nova diretoria do Sindsep-MT, que ocorrerão ainda neste ano, orientando a categoria a acompanhar atentamente o calendário eleitoral, que será divulgado oficialmente pela comissão eleitoral.



COMEÇOU 2026 EM COLÍDER



EM TERRA NOVA DO NORTE



EM SINOP

INCRA

Mesa Setorial busca por avanços e correção de distorções salariais

Foi definido que as reuniões ordinárias da Mesa Setorial em 2026 ocorrerão de forma bimestral, sempre na primeira quinta-feira do mês

ACondsef/Fenadsef e suas filiadas participaram, no dia 13, da primeira reunião de 2026 da Mesa Setorial do Incra. O encontro marcou a 5ª reunião do atual ciclo e teve como foco a avaliação dos encaminhamentos anteriores, a definição do calendário anual e a cobrança de avanços em pautas centrais para os servidores e servidoras do órgão.

Ficou definido que as reuniões ordinárias da Mesa Setorial em 2026 ocorrerão de forma bimestral, sempre na primeira quinta-feira do mês, às 10h, nas seguintes datas: 5 de março, 7 de maio, 2 de julho, 3 de setembro e 5 de novembro. Além disso, foi confirmada uma reunião extraordinária no

dia 5 de fevereiro, às 10h, que terá como objetivo fechar a pauta anual de reivindicações da categoria.

Um dos principais destaques do debate foi a pauta salarial. A Condsef/Fenadsef denunciou as distorções provocadas pelos Projetos de Lei nº 5.893/2025 e nº 6.170/2025, que resultaram na defasagem das carreiras de Reforma e Desenvolvimento Agrário em relação a outras carreiras do serviço público federal. Como encaminhamento, a Confederação vai enviar ofício ao Incra, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), solicitando a correção da tabela re-

muneratória para o mesmo patamar das carreiras contempladas no PL 6.170/2025, além de articular a apresentação de emenda parlamentar sobre o tema.

Outras pautas relevantes também estiveram em debate durante a reunião. Entre elas, o acompanhamento da posse dos novos servidores, cujo prazo final é 28 de janeiro. O Incra informou que foi criada uma força-tarefa para analisar a documentação e garantir tempo hábil para eventuais correções. As entidades também cobraram a apresentação da minuta de portaria da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA) no Incra e o início dos Grupos de Trabalho

sobre Avaliação de Desempenho, Programa de Gestão e Desempenho (PGD) e combate ao assédio.

A Condsef/Fenadsef ainda solicitou a apresentação do planejamento institucional do Incra para 2026, incluindo as ações voltadas à Reforma Agrária e à valorização dos servidores, além de cobrar a reavaliação do indeferimento da reintegração de uma servidora anistiada.

A Condsef/Fenadsef e suas filiadas reafirmaram o compromisso de seguir atuando de forma organizada e mobilizada para garantir avanços concretos e o atendimento das pautas urgentes da categoria, em defesa dos servidores e servidoras do Incra.

CAMPANHA SALARIAL 2026

Maioria dos federais aprova reivindicações

Demais entidades que integram bancada sindical na MNNP ratificam prioridades que vão compor pauta unificada e será apresentada ao governo

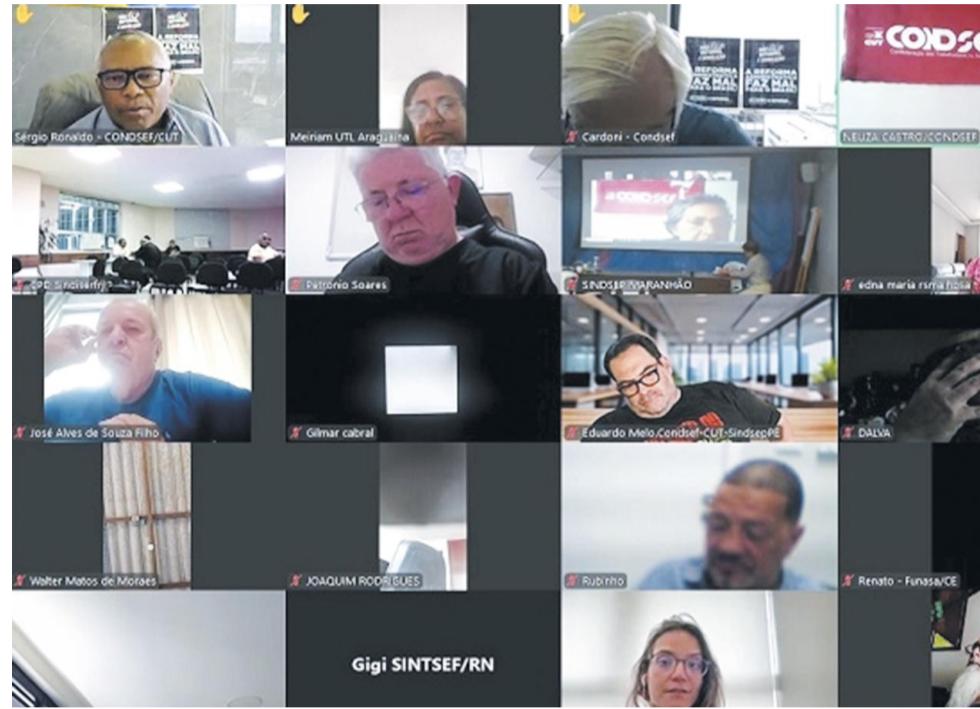
A Plenária Nacional da Condsef/Fenadsef, realizada no dia 22, aprovou o conjunto prioritário de reivindicações que vai orientar a Campanha Salarial 2026 dos servidores públicos federais. A deliberação contou com ampla participação das entidades filiadas de todas as regiões do Brasil e consolidou os principais eixos da luta da categoria no próximo período. Demanda específicas dos setores da base da Condsef/Fenadsef serão tratadas nos encontros dos departamentos previstos entre os meses de março e abril.

Em diálogo com as demais entidades que compõem a bancada sindical na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), incluindo Fonasefe e Fonacate, essa pauta foi ratificada e vai consolidar uma pauta unificada que será apresentada ao governo já na próxima semana, fortalecendo a negociação coletiva e a unidade do funcionalismo.

Prioridades aprovadas - Entre os principais pontos aprovados na Plenária Nacional estão reivindicações históricas da categoria, medidas de valorização do serviço público e a revogação de normas que retiram direitos dos servidores.

Confira os destaques da pauta:

* Regulamentação da Convenção nº 151 da OIT, garantindo data-base, direito de greve, liberação para mandato clássico e negociação coletiva no setor público, com regras claras de conciliação, mediação e arbitragem;



* Correção das distorções salariais no Executivo Federal, com a construção de uma estrutura de tabela única para os níveis superior, intermediário e auxiliar do funcionalismo;

* Equiparação dos benefícios entre os servidores dos Três Poderes, com atualização anual dos valores;

* Renegociação dos consignados dos servidores endividados, por meio de um programa específico, o "Desenrola Servidor";

* Instituição do auxílio-nutrição para servidores aposentados e pensionistas, com a criação de um grupo de trabalho específico para tratar do tema;

* Defesa do direito à aposentadoria integral com paridade;

Reabertura imediata da Comissão Especial Interministerial (CEI) e do prazo para o retorno de todos os anistiados demitidos durante o governo Collor;

* Revogação do gatilho de reenquadramento previsto no pacote do arca-bouço fiscal, que limita aumentos reais aos servidores públicos a 0,6% acima da inflação a partir de 2027;

* Revogação do Decreto nº 10.620/2021, que centraliza no INSS a concessão de aposentadorias e pensões do Regime Próprio da União, com a extinção do Decipex e a devolução dessas atribui-

ções aos órgãos de origem dos servidores;

* Extensão do auxílio-saúde para todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas, independentemente de possuírem plano de saúde, conforme normas da ANS, com contrapartida per capita do governo de, no mínimo, 50%;

* Revogação de todos os entulhos autoritários dos governos Temer e Bolsonaro, incluindo instruções normativas, portarias e decretos que retiraram direitos do funcionalismo, conforme compromisso assumido pelo presidente Lula na campanha de 2022.

Unidade e mobilização - A Condsef/Fenadsef reforça a importância da unidade sindical para enfrentar os desafios da campanha salarial e avançar na reconstrução dos direitos dos servidores públicos. A construção de uma pauta unificada com o Fonasefe e o Fonacate é também fundamental para fortalecer a pressão sobre o governo e garantir avanços concretos nas negociações.

A Confederação seguirá mobilizando suas filiadas, dialogando com a base, acompanhando e cobrando os desdobramentos da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) com o governo. Reafirmamos o compromisso com a valorização do serviço público e com a defesa dos direitos dos servidores federais. (FONTE: CONDSEF)

EM FRENTE AO PALÁCIO

Aposentados e pensionistas cobram atendimento de pautas

As reivindicações integram a pauta unificada da bancada sindical, protocolada em 31 de janeiro de 2025, que já deveria ter sido discutida na MNNP

Durante a 3ª Marcha dos Aposentados e Pensionistas, organizada pelo Sindsep-DF, entidade filiada à Condsef/Fenadsef, na manhã do dia 23, aposentados e pensionistas se dirigiram à frente do Palácio do Planalto para cobrar do governo federal o atendimento de pautas consideradas urgentes pela categoria. O ato também marca o Dia Nacional do Aposentado e da Aposentada, celebrado neste sábado, 24 de janeiro.

Com concentração na Praça dos Três Poderes, a mobilização reuniu diversas entidades sindicais e movimen-

tos em defesa dos aposentados e pensionistas. Ao longo da atividade, representantes do Mosap, Sinait, Sindreceita, Andes, Sindfisco, Sinagências, Frente Mineira em Defesa do Serviço Público, Sindicato dos Bancários e do Movimento Paulista em Defesa do Serviço Público reforçaram a necessidade de avanços concretos nas reivindicações do setor.

A coordenadora da Secretaria de Aposentados e Saúde do Trabalhador do Sindsep-DF, Ivaldelice Pereira da Silva, destacou que a permanência da contribuição previdenciária após a apo-

sentadoria é uma enorme injustiça que precisa ser corrigida com urgência. "Nós contribuímos com a Previdência durante toda a vida laboral", afirmou.

Outras demandas urgentes incluem a instituição do auxílio-nutrição; o aumento do valor da per capita da saúde, com extensão do pagamento para todos, sem a obrigatoriedade de contrato com plano de saúde; e o fim da Decipex (Diretoria de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos), com o retorno dos vínculos de aposentados e pensionistas aos órgãos de origem.

Manter a mobilização - O secretário-geral do Sindsep-DF, Oton Pereira Neves, lembrou que as reivindicações integram a pauta unificada da bancada sindical, protocolada em 31 de janeiro de 2025, que já deveria ter sido discutida na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP). "A atividade de hoje foi muito importante para chamar a atenção do governo para nossas demandas, mas é preciso manter a mobilização. Por isso, vamos seguir pressionando o presidente Lula pelo atendimento imediato da nossa pauta", afirmou. (FONTE: SINDSEP-DF)

Expediente

O compromisso

Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: contato@sindsepm.org.br

Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br

Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA QUADRIÊNIO 2022/2026

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; Vice-Presidente: Elias Belisário de Araújo; Secretaria Geral: Fernando Pivotto; Adj. Secretaria Geral: Zeni Salete Boff; Secretaria de Finanças: Gildásio Ferreira Gomes; Adj. Secretaria de Finanças: Silvia Cléia Aires Ferreira; Secretaria de Administração: Enildo Gomes; Adj. Secretaria de Administração: Nelsinho Fortunato Ojeda; Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Damásio de Souza Pereira; Adj. Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Rosana Luzia Gomes da Costa; Secretaria de Formação e Política Sindical: José Olímpio da Silva Neto; Adj. Secretaria de Formação e Política Sindical: Eliete Júlia Salas Santini; Secretaria do Interior: Benedito Assis da Silva; Adj. Secretaria do Interior: Alcir Alves de Brito; Secretaria de Imprensa e Comunicação: Gilmar Campos Soeiro; Adj. Secretaria de Imprensa e Comunicação: Adilson Benke; Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Izael Santana da Silva; Adj. Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Elza Barbosa dos Santos; Secretaria da Saúde do Trabalhador: João de Deus da Silva Filho; Adj. Secretaria da Saúde do Trabalhador: Celso Alfredo Simon; Secretaria dos Anistiados e Demitidos: Joacira Santana Rodrigues de Almeida; Adj. Secretaria dos Anistiados e Demitidos: José Maria Silva e Arruda; Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Manoel Martins; Adj. Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Idivaldo Bernardes de Oliveira; Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Joilson Ruas do Nascimento; Adj. Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Sandra Cristina Ribeiro; Suplentes de Direção: I - Deusdete Cabral; II - Rosina Almeida Paiva; III - Divina de Oliveira Santos; IV - Aderbal Castro de Queiroz; V - Donato Ferreira da Silva; VI - Jacira Weis. Conselho Fiscal - Membros Efetivos: I - João Sebastião Alves Pereira; II - Benedita Vandinéia de Oliveira; III - Edmilson Lourenço Máximo; Suplentes do Conselho Fiscal: I - Geovane Santos Moreira; II - Ademar Viana dos Santos; III - João Martins de Souza.

EM MATO GROSSO

AgSUS nasce sob mobilização e fortalecimento sindical

Sindsep-MT amplia base sindical e consolida representação na nova agência federal com mais de 100 filiações e espera aumentar nos próximos meses

A criação da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AgSUS) inaugura uma nova etapa na organização da força de trabalho vinculada à Atenção Primária à Saúde no país. Estruturada como serviço social autônomo de interesse público, a AgSUS passa a concentrar atividades estratégicas antes executadas por diferentes arranjos administrativos, especialmente no apoio à gestão, à formação profissional e à qualificação da atenção básica no Sistema Único de Saúde.

Com atuação nacional, a nova agência assume papel central no suporte técnico e operacional a políticas públicas de saúde, sobretudo aquelas voltadas à fixação de profissionais em regiões de maior vulnerabilidade social. A proposta institucional apresentada destaca a busca por maior eficiência administrativa, racionalização de processos e padronização de ações voltadas à Atenção Primária, considerada porta de entrada preferencial do SUS.

Regime de trabalho e vínculos empregatícios

Um dos pontos centrais que emergem com a criação da AgSUS diz respeito ao regime de contratação dos trabalhadores. Por se tratar de um serviço social autônomo, os vínculos não seguem o Regime Jurídico Único dos servidores públicos, mas sim a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Essa característica reforça a necessidade de organização coletiva para a defesa de

Foto: Divulgação



direitos trabalhistas, negociação de condições de trabalho e acompanhamento permanente das relações laborais.

O Ministério da Saúde enfatiza que a atuação da agência depende diretamente da valorização de seus trabalhadores, reconhecendo que a qualidade dos serviços prestados está relacionada à estabilidade, à formação continuada e a condições adequadas de trabalho. No entanto, a ausência de garantias típicas do serviço público tradicional amplia a importância da representação sindical nesse novo cenário institucional.

Sindsep-MT amplia base e consolida representação

Nesse contexto de mudanças estruturais, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) tem desempenhado papel decisivo na organização dos trabalhadores da AgSUS. Desde o início das atividades da agência no Estado de

Mato Grosso, o sindicato já contabiliza mais de 100 novas filiações de empregados da recém-criada estrutura federal, demonstrando confiança na atuação sindical e reconhecimento da importância da luta coletiva.

A ampliação expressiva da base sindical revela, por um lado, a preocupação dos trabalhadores com seus direitos e, por outro, a capacidade do Sindsep-MT de dialogar com uma nova categoria profissional, inserida em um modelo institucional distinto daquele do funcionalismo público clássico.

A atuação do sindicato tem se concentrado na orientação jurídica, no esclarecimento sobre contratos de trabalho, direitos previdenciários, negociação coletiva e defesa de condições dignas de trabalho.

Organização coletiva em um novo modelo institucional

A experiência da AgSUS evidencia uma tendência de expansão de modelos híbridos de gestão no âmbito fede-

ral, nos quais estruturas públicas passam a operar com regras do setor privado. Para os trabalhadores, esse modelo impõe desafios adicionais, como maior rotatividade, necessidade constante de negociação e vigilância sobre o cumprimento de direitos trabalhistas.

Diante disso, a sindicalização surge como instrumento fundamental de proteção e fortalecimento coletivo. O crescimento das filiações ao Sindsep-MT entre trabalhadores da AgSUS indica que, mesmo em novos formatos institucionais, a organização sindical segue sendo elemento central na defesa do trabalho digno e na construção de relações laborais mais equilibradas.

Perspectivas

A consolidação da AgSUS como braço estratégico da Atenção Primária à Saúde exigirá acompanhamento permanente de sua política de pessoal, de seus contratos de trabalho e das condições oferecidas aos profissionais que sustentam suas atividades. Nesse processo, o fortalecimento do Sindsep-MT, expresso no número significativo de novas filiações, aponta para um cenário de maior capacidade de mobilização e representação.

Mais do que um dado quantitativo, as mais de 100 novas filiações representam um sinal político claro: os trabalhadores da nova agência federal reconhecem no sindicato um espaço legítimo de defesa, diálogo e construção coletiva de direitos em um contexto de profundas transformações no mundo do trabalho público.

TAREFAS

Confira os ofícios já encaminhados ao MGI neste início de ano

A Condsef/Fenadsef busca reuniões para tratar sobre renovação do CNPU 1, direitos de servidores PCD's e criação de um GT sobre aposentados do RPPS

A Condsef/Fenadsef iniciou 2026 intensificando a atuação política e sindical em defesa do serviço público federal e de seus trabalhadores. Em ofícios encaminhados ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) nesse início de ano, a Confederação cobra providências urgentes para a recomposição da força de trabalho, garantia de direitos e correção de distorções que atingem servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Entre as principais demandas está a renovação do Concurso Público Nacional Unificado (CNU 1). A entidade alerta que o elevado número de cargos vagos, resultado de aposentadorias, exonerações e anos sem concursos suficientes, tem provocado sobrecarga de trabalho, precarização das condições laborais e prejuízos diretos à capacidade do Estado de executar políticas públicas. Para a Condsef/Fenadsef, a renovação do CNU 1 é estratégica para fortalecer o serviço público e assegurar atendimento de qualidade à população.

Outro eixo central da mobilização é a defesa dos direitos de servidores e servidoras com deficiência (PCDs). Em ofício conjunto com o Sindsep-DF, a

Foto: José Cruz/Agência Brasil



Confederação solicitou reunião emergencial com o MGI diante de relatos graves de capacitismo, ausência de protocolos, demora em perícias, negativa de direitos e falta de adaptações nos ambientes de trabalho. Os documentos apontam que muitos órgãos não estão preparados para receber servidores PCDs, gerando sofrimento físico, psíquico e moral, adoecimento e até risco de exonerações. A entidade reivindica, entre outras medidas, unificação das perícias, adoção de avaliação biopsicossocial, normativas claras, capacitação de gestores e a criação de um canal institucional permanente de diálogo.

A situação dos aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) também está no centro das cobranças. A Condsef/Fenadsef solicitou a criação de um Grupo de Trabalho (GT) específico para tratar das pautas desse segmento, que vem sendo excluído das reestruturações de carreira previstas no PL 6.170/2025.

A Confederação denuncia que essa exclusão aprofunda distorções históricas e fere o princípio da isonomia. Entre as propostas a serem debatidas no GT estão a criação do auxílio-nutrição para aposentados, regras de transição para equiparação salarial com novas carreiras e mecanismos de cor-

reção das perdas acumuladas.

Emendas aos PLs 5.893/2025 e 6.170/2025

Além da atuação junto ao Executivo, a Condsef/Fenadsef segue mobilizada para apresentar no Congresso Nacional emendas parlamentares aos PLs 5.893/2025 e 6.170/2025. O objetivo é buscar a correção de desigualdades que assegurem isonomia salarial e manutenção de direitos. As propostas buscam, entre outros pontos, incluir aposentados e pensionistas em quadros suplementares, corrigir defasagens entre carreiras, reenquadrar servidores prejudicados por mudanças anteriores e estender direitos que hoje alcançam apenas segmentos específicos.

Para a Condsef/Fenadsef, o conjunto dessas iniciativas reafirma que 2026 começa em movimento, com organização, diálogo e luta em defesa de um serviço público forte, inclusivo e valorizado. A Confederação seguirá acompanhando os encaminhamentos e não descarta a adoção de medidas administrativas e judiciais para assegurar direitos e combater retrocessos.

EBSERH

Proposta do ACT 2026/2027 é apresentada

Minuta aprovada pela categoria em Plenária Nacional foi entregue à empresa nessa segunda, 12. Agenda de negociações tem início nos dias 25 e 26 de fevereiro

Com 56 cláusulas, a Condsef/Fenadsef apresentou no dia 12, a proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2026/2027) dos empregados e empregadas da Ebserh. A proposta é fruto de debate e aprovação da categoria em Plenária Nacional realizada pela Condsef/Fenadsef em dezembro do ano passado.

A agenda de negociações com a Ebserh para negociar o ACT 2026/2027 já está avenida. As primeiras reuniões acontecem nos dias 25 e 26 de fevereiro. Em março as datas previstas para reuniões são os dias 11, 12, 25 e 26. Em abril estão previstas reuniões nos dias 8, 9, 29 e 30. Em maio as reuniões estão marcadas para os dias 13, 14, 27 e 28.

Na cláusula que envolve reajuste, a categoria reivindica a aplicação de 100% do INPC do período compreendido entre 1º de junho de 2025 a 31 de maio de 2026. Além disso, busca a reposição de perdas salariais correspondentes a 26,38% a partir de 1º de junho de 2026, a ser aplicado sobre a tabela salarial vigente em 31 de maio de 2026. A categoria também reivindica a aplicação a partir de 31 de maio de 15% de ganho real. Outra reivindicação contida na

proposta apresentada pelos empregados à direção da Ebserh é o reajuste no auxílio-alimentação para o valor de R\$ 1.800,00, acrescidos de gratificação natalina de igual valor, com vigência a partir de 1º de junho de 2026.

O processo de negociações do ACT 2026/2027 é fundamental para buscar com a direção da Ebserh avanços em demandas e reivindicações urgentes dos trabalhadores em todo o Brasil. Ao longo do processo, a mobilização e unidade da categoria também são fundamentais para assegurar que o diálogo e as negociações gerem a manutenção de direitos e novas conquistas. A data-base da categoria é em 1º de junho. (FONTE: CONDSEF)



A categoria reivindica a aplicação de 100% do INPC

SINDICATO



**Quando tudo vai bem, ninguém lembra que existe.
Quando tudo vai mal, todos procuram.
Quando é para filiar-se e contribuir,
acha-se que não é preciso que exista.
Porém, quando realmente não existe,
todos concordam que deveria existir.
Filiar-se e contribuir com o sindicato é
demonstração de força, união e consciênci a.**

Portanto, lembre-se:
Só há conquista quando há união.
Quem tem sindicato nunca está só!

SINDSEP-MT

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!

